

# Experiências docentes acerca da educação sexual e formação de professores: o relato de uma professora da Educação Básica

**Lucinea Pereira**

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), CEP: 35400-000, Ouro Preto/MG, Brasil.

\* E-mail do autor correspondente: lucineadesouza@gmail.com.

Submetido em: 29 abr 2022. Aceito em: 10 jul. 2022

## Resumo

A temática sexualidade está inserida na prática docente como uma esfera indissociável das deliberações ou determinações curriculares, visto que faz parte da experiência humana e inevitavelmente permeia o campo pedagógico. Compreender como as questões acerca da sexualidade permeiam o atuar docente e o ambiente escolar, para além do conteúdo estabelecido, demonstra ser um campo fértil para construção de novos saberes sobre o atuar docente. No presente estudo, busquei conhecer como a temática sexualidade é abordada na prática docente e nas vivências de sala de aula. Para tanto, realizei uma entrevista narrativa, de forma virtual, mediante gravação de áudio, cuja participante foi uma professora da Educação Básica da rede estadual do Município de Conselheiro Lafaiete. Dentre as considerações, aponto as dificuldades de ordem pedagógica e político-social que geram falta de informações e insegurança para trabalhar a temática sexualidade em sala de aula, conforme relato da narrativa docente realizada. Também destaco as restrições curriculares que estabelecem uma ordem normativa, designando termos que não podem ser utilizados em sala de aula.

**Palavras-chave:** Educação Básica, Sexualidade, Formação de professores.

## Abstract

### Teaching experiences about sex education and teacher training: the report of a Basic Education teacher

The sexuality theme is inserted in teaching practice as an inseparable sphere from curricular deliberations or determinations, since it is part of the human experience and inevitably permeates the pedagogical field. Understanding how questions about sexuality permeate teaching and the school environment beyond the established content proves to be a fertile field for the construction of new knowledge about teaching. In the present study conducted a narrative interview, in a virtual way through audio recording, whose participant was a teacher of Basic Education from the state network of the Municipality of Conselheiro Lafaiete. Among the considerations, I point out the pedagogical and political-social difficulties that generate lack of information and insecurity to work on the theme of sexuality in the classroom, as reported in the teaching narrative carried out. I also highlight the curricular restrictions that establish a normative order designating terms that cannot be used in the classroom.

**Keywords:** Basic Education, Sexuality, Teacher training.

## Introdução

A manifestação da sexualidade humana não é apenas um ato biológico, abarcando também uma dimensão social, política e histórica. Assim, as construções de gênero e sexualidade são socialmente construídas e mutáveis. Para Fernandes (2020, p. 575) é necessário pensar a temática gênero em uma perspectiva de “relações estruturais, implicando opressão de gênero em seus contextos históricos e sociais concretos.”

Para Scott (1995,) gênero refere-se a uma concepção política e de relações de poder em que a organização social estabelece hierarquias de poder pautadas na diferença entre os sexos, fato que justifica que “gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1995, p.93).

Na perspectiva teórica de Butler, sexo e gênero sofrem a influência das relações de poder. A autora destaca que, independente da linha conceitual, “ele também é aplicado a pessoas reais como uma “marca” de diferença biológica, linguística e/ou cultural” (BUTLER, 2003, p. 28).

Em nossa sociedade as abordagens acerca do tema sexualidade e educação adquiriram um caráter político discursivo no cenário social, fato que pouco contribuiu para avanços no que tange a uma educação inclusiva e diversa.

Contudo, é importante salientar que pensar em uma perspectiva inclusiva em relação à sexualidade implica em observar as diversas intersecções relacionadas ao sistema sexo/gênero que, de forma associada, tende a ampliar a vulnerabilidade e exclusão social, pois:

Assim, o sistema de gênero como conhecemos hoje (...) [é] uma estratificação de papéis sociais, políticos e econômicos que são impostos ao sexo feminino e concedidos ao masculino (FERNANDES, 2020, p. 577).

Fernandes (2020) apresenta importantes reflexões acerca dos aspectos socioculturais que interseccionam as relações de gênero e os tensionamentos sociais advindos da busca pela igualdade de direitos no que se refere à liberdade do exercício da sexualidade.

Divergências de olhares sociais sobre a sexualidade permeiam nosso cotidiano, sendo que recentemente tem se sobressaído uma visão conservadora que utiliza a terminologia “ideologia de gênero”. A visão ideológica de gênero opera de forma a manipular um discurso pejorativo e discriminatório de gênero, promovendo a manutenção de padrões normativos de gênero e manipulação dos discursos.

Sobre tal questão, Fernandes (2020) menciona a emergência de fundamentalistas religiosos e ascensão de movimentos neoconservadores que se utilizam do apelo popular pela proteção da moral e bons costumes. Em um extremo progressista, a autora menciona grupos sociais que lutam pela equidade de gênero e respeito/reconhecimento das diferentes identidades de gênero, possibilitando romper com a naturalização dos discursos, exclusão e determinação compulsória dos sexos.

A problematização da reprodução de discursos a partir da desinformação e da ausência de um espaço de debate livre de tabus, de estigmatizações e necessidade de comportamento compulsório foi o eixo central da reflexão da autora, a qual afirmou que: “Negar a

sexualidade não é ferramenta pedagógica” (FERNANDES, 2020, p.579).

Para Fernandes (2020), os debates de gênero e sexualidade na formação de professores seriam mais promissores a partir de uma:

- Prática Pedagógica consciente e humanizada;
- Postura profissional crítica, reflexiva e dialógica;
- “consciência e cuidado em produzir um discurso que transcende o não-preconceito e atue, de maneira efetiva, nas lutas pela equidade.” (FERNANDES, 2020, p.578);
- Promoção de trocas de vivências-interdisciplinaridade: “Educação emancipatória no âmbito da sexualidade” (FERNANDES, 2020, p.584).

Fernandes discutiu as diferentes formas de cerceamento do debate da sexualidade na escola, destacando o material do projeto escola sem homofobia, proposto em 2014, para formação de professores, sendo que o referido material foi rechaçado socialmente e politicamente recebendo a nomenclatura de “Kit Gay” e não foi utilizado como material de formação docente.

Também, segundo a autora acima citada, em 2019, o governo da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo retirou das escolas apostilas já distribuídas porque continham uma seção sobre diversidade sexual e gênero.

Outro aspecto que a autora menciona como reducionista do diálogo de gênero na escola foi o PNE (Plano Nacional de Educação) de 2014-2024 que retirou da BNCC (Base Nacional Curricular Comum) os termos gênero e orientação sexual.

A partir de 1997, os temas acerca da sexualidade são tratados nos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs - a partir de um conjunto de temas transversais que incluem a

ética, o meio ambiente, a pluralidade cultural, a saúde, a orientação sexual, o trabalho e o consumo. A partir dessas regulamentações de 1997, se verificou a inserção e legitimidade do professor enquanto atuante na área de Educação Sexual na escola (VIANNA, 2012; ABREU; SANTOS, 2015), sendo tal movimento também impulsionado pelas lutas do feminismo e movimento LGBT em prol da defesa de direitos humanos.

Assim, no âmbito escolar:

(...) os anos 1990 representaram um marco no campo das políticas educacionais, pois através do lançamento dos PCN, que continha o tema transversal da Orientação Sexual, os temas de gênero e sexualidade foram incluídos pela primeira vez no currículo da educação formal (ABREU; SANTOS, 2015, p. 27).

Contudo, esses avanços em relação a implantação e manutenção de uma prática curricular de Educação Sexual na educação brasileira não seguiram um caminho linear, sendo permeados por intervenções sociais e políticas que visavam restringir ações pedagógicas voltadas para a Educação Sexual, considerando que:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se tornou o novo documento normativo da Educação, inclusive com diretrizes no tocante à Sexualidade e ao Gênero. O Conselho Nacional de Educação aprovou o documento referente ao Ensino Fundamental em 2017 e o do Ensino Médio em 2018. No entanto, enquanto em 1997 a Educação brasileira vislumbrava a possibilidade de se trabalhar questões de Sexualidade e Gênero na escola, vinte anos depois o quadro é outro (MONTEIRO; RIBEIRO, 2020, p. 4).

Monteiro e Ribeiro (2020, p. 3) pontuam uma intensificação do “conservadorismo, fundamentalismo religioso e repressão” como fatores de retrocessos “a ações pró e Gênero; dificulta discussões centrais na luta pela democracia e garantia de direitos iguais a todos no Brasil”, fato que repercutiu na construção da BNCC, de 2017, tendo como efeito negativo a supressão do termo gênero e orientação sexual das normativas curriculares.

As ações como as acima citadas se configuram como forma de manter o debate fora do ambiente escolar e limitar o acesso do público infanto-juvenil a informações sobre sexualidade.

### **As narrativas (auto) biográficas como espaços de construção de experiências docentes acerca da educação sexual e formação de professores**

A temática sexualidade está inserida na prática docente como uma esfera indissociável das deliberações ou determinações curriculares, visto que faz parte da experiência humana e inevitavelmente permeia o campo pedagógico.

Compreender como as questões acerca da sexualidade permeiam o atuar docente e o ambiente escolar para além do conteúdo estabelecido, demonstra ser um campo fértil para construção de novos saberes sobre o atuar docente.

As narrativas (auto) biográficas possuem ampla abrangência no campo educacional, seja como método de pesquisa e também como prática de formação docente, se configurando como um importante instrumento para conhecer e/ou abordar a temática sexualidade na prática cotidiana de professores.

De acordo com Passeggi, Souza e Vicentini (2011, p. 370), as narrativas como prática formativa se propõem a compreender as “histórias de vida como método de investigação qualitativa e como prática de formação, procuram identificar, nas trajetórias de professores, questões de interesse para a pesquisa educacional”.

Partindo dessa abordagem de estudo/pesquisa, compreendemos as narrativas (auto) biográficas como um promissor espaço para evidenciar e re (construir) as representações docentes, construção da identidade docente e reconhecimento institucional, conforme apontado por Passeggi, Souza e Vicentini (2011).

A temática sexualidade e educação permanece envolta por diversos tabus e cerceamento do discurso, fato esse que coloca um grande desafio para a construção de uma prática docente coletivamente reconhecida. Pensando em tais desafios para a atuação docente, penso que as narrativas auto (biográficas) se configuram como uma abordagem capaz de re(construção) de formas mais inclusivas de inserção da temática sexualidade no currículo escolar.

Ponto de vista convergente ao que elucidado é mencionado e defendido por Freitas, Morais e Baião (2020, p. 4).

Por outro lado, defendemos que o acesso ou ampliação do acesso na escola às pesquisas sobre as questões de gênero e sexualidade, bem como a tematização crítica sobre os conceitos de diferença e diversidade, nos ajudaria a produzir mudanças mais significativas no cotidiano escolar. O silenciamento, que ainda marca fazeres e dizeres nas instituições educativas, não têm contribuído para a

construção de relações mais respeitadas e acolhedoras.

As narrativas (auto) biográficas permitem conhecer a realidade a partir de significados construídos a partir de experiências do cotidiano e da interação com o outro, sendo que o relato (auto) biográfico é permeado por motivações, sentimentos e intencionalidade humana (BOLIVAR BOTÍA; SEGÓVIA; CRUZ, 1998).

Assim, as narrativas possibilitam uma reflexão da temática sexualidade a partir da experiência do professor, incluindo a esfera profissional e pessoal, pois ambas são indissociáveis. Pensar nessa temática por esse viés permitirá uma prática docente crítica e emancipadora e não meramente engessada aos determinantes sociais e políticos.

Essa modalidade de prática de formação fundamenta-se sobre a ideia de apropriação que o indivíduo faz de sua própria história ao realizar a narrativa de sua vida e/ou de sua atuação profissional. Trata-se de um movimento de construção da identidade profissional e posicionamento político, visto que a narrativa possui uma dimensão pessoal e emocional da experiência e a complexidade das relações e a singularidade de cada ação que evidenciam as diferentes formas como os professores constroem e efetivam sua atuação docente (BOLIVAR BOTÍA; SEGÓVIA; CRUZ, 1998).

Freitas, Morais e Baião (2020) nos apresentam um relato de experiência docente nos moldes da que menciono e destacam que:

Trata-se do compartilhamento de narrativas e de reflexões sobre elas, produzida no campo escolar, por professores e professoras que vivem os dilemas de enfrentar solitariamente o tema da sexualidade e do gênero em tempos de

criminalização dessas discussões (FREITAS; MORAIS; BAIÃO, 2020, p. 3).

Assim, as narrativas na vida docente evidenciam: “O sentido de uma ação, que a torna inteligível, só pode ser dado pela explicação narrativa do agente, nas intenções, motivos e propósitos que ela tem para ele no curto prazo e - mais amplamente - no horizonte de sua vida” (BOLIVAR BOTÍA; SEGÓVIA; CRUZ, 1998, p.3).

Os relatos que a seguir apresento são narrativas de experiências de uma docente da Educação Básica frente a prática docente com temáticas de sexualidade e a partir da relação cotidiana do professor e aluno no ambiente escolar.

Os relatos de experiências são férteis instrumentos de formação docente, pois:

Ao mesmo tempo que o sujeito organiza suas idéias para o relato – quer escrito, quer oral –

ele reconstrói sua experiência de forma reflexiva e, portanto, acaba fazendo uma auto-análise que lhe cria novas bases de compreensão de sua própria prática (CUNHA, 1998, p.39).

Relatar uma experiência docente não é meramente um ato descritivo ou de informação sobre uma prática pedagógica, diz de um movimento relacional, de um voltar-se para si e para sua prática docente. Trata-se de uma narrativa em que o professor é produtor e sujeito no processo de escolarização, produção de saber essa que não provém das “instituições de formação nem dos currículos”, não sendo, portanto, “sistematizados em doutrinas ou teorias” (TARDIF, 2002, p. 48-49).

## Resultados e Discussão

Objetivando conhecer como a temática sexualidade é abordada na prática docente, solicitei a colaboração narrativa de uma professora da educação básica, da rede estadual do Município de Conselheiro Lafaiete, sendo a entrevista realizada de forma virtual, mediante gravação de áudio.

A narrativa dessa professora evidencia desconhecimento de um material que foi produzido para auxiliar na formação continuada docente e teve sua veiculação interrompida por intermédio de uma construção ideológica que o referenciou como de cunho não-pedagógico.

*Com relação a esse material Brasil Sem Homofobia o que eu fiquei sabendo é que foi um projeto né? Desenvolvido para auxiliar os professores a trabalhar esse quesito na sala de aula, mas eu acho que ficou só no papel porque nós não tivemos acesso a nenhum desses materiais (Professora).*

Sobre abordar temáticas de sexualidade e gênero, em sala de aula, essa professora nos fala como o currículo e a relação família/ escola acabam por engessar e restringir a prática docente:

*Com relação a discutir gênero e sexualidade no cotidiano do trabalho, eu particularmente não me sinto à vontade, eu acredito que qualquer um ou outro professor do primeiro ao quinto também se sente dessa forma, por quê? Porque o nosso currículo não permite que a gente fale abertamente a respeito do assunto. Apesar de ser de extrema importância, né? Que as crianças estão chegando pra nós com a sexualidade muito aflorada, mas nós não temos essa autonomia de trabalhar, nem questões de*

*gênero e muito menos a sexualidade na sala de aula. Né? (Professora).*

A narrativa dessa professora demonstra o silenciamento imposto à escola e à prática docente, sendo essas atravessadas por discursos políticos, por embates sociais e pelo conservadorismo das famílias que buscam silenciar a discussão de gênero/sexualidade no ambiente escolar, pois:

As discussões sobre gênero e sexualidade na escola vêm crescendo na medida em que crescem também movimentos conservadores que buscam silenciar aqueles e aquelas que fogem à norma cis heterossexual e colocam para os espaços sociais, sua “presença incômoda”. O silenciamento e busca por invisibilização desses sujeitos traz implicações sociais graves. Uma delas é o aprofundamento da discriminação e da violência contra aqueles e aquelas que se colocam como “dissidentes” (FREITAS; MORAIS; BAIÃO, 2020, p. 4).

Pensando a partir da constatação da necessidade de ampliação do diálogo e crítica sobre a educação sexual, percebo que as narrativas enquanto possibilidade de formação docente se inscrevem no horizonte da construção, do (re) significar práticas e discursos antes tidos como naturalizados e, muitas vezes, cristalizados como empecilho ao desenvolvimento de novas práticas e saberes, principalmente no que tange a pensar novas formas de abordar o tema sexualidade na escola. Trata-se de narrar o ver, o sentir e o agir e, ao mesmo tempo, refletir e compreender significados específicos de sua vida profissional, pois:

Nessa perspectiva, não se trata de encontrar nas escritas de si uma “verdade” preexistente ao ato de biografar, mas de estudar como os indivíduos dão forma às suas experiências e sentido ao que antes não tinham, como constroem a consciência histórica de si e de suas aprendizagens nos territórios que habitam e são por eles habitados, mediante os processos de biografização (PASSEGGI; SOUZA; VICENTINI, 2011, p. 371).

A narrativa (auto) biográfica procura apreender e compreender as singularidades dos fatos e relações, como as experiências e relacionamentos produzem significados e como estes são interpretados e norteiam as ações e o atuar docente. Para Delory- Momberger (2012, p. 529) o relato excede o narrar ou verbalizar um fato, pois tem o potencial de produção de efeitos sobre o relatado.

O relato da professora abaixo nos apresenta um conjunto de singularidades específicas da prática docente desta professora, suas experiências em relação ao abordar a temática sexualidade na escola e, principalmente, a construção de significados e sentido dessa ação:

*Às vezes surgem algumas perguntas, né? Do dia a dia, algumas interrogações, principalmente quando a gente está trabalhando aula de ciências, né? Que está relacionada a reprodução. E a gente tem que responder de forma muito sucinta, né? Principalmente porque se você fala um pouquinho além do que, do que é normal, né? Dito como normal. Os próprios pais consideram que nós estamos aguçando a sexualidade dos filhos, né? E ao mesmo tempo eles não fazem o papel deles de família que é de informar, de orientar os filhos a respeito dessas questões (Professora).*

Seguindo essa perspectiva de reflexão sobre si e sobre seu atuar docente, é que compreendo a importância de uma formação docente dialógica e humanizada, pois “um docente com uma abordagem problematizadora é capaz de formar um cidadão crítico, agente transformador de uma realidade opressora” (FERNANDES, 2020, p. 584). Docente esse que promova uma educação reflexiva e agenciadora, capaz de impulsionar os discursos dos silenciados e consolidar um espaço escolar que respeite a diversidade.

## Considerações Finais

Dentre as considerações, aponto as dificuldades de ordem pedagógica e político-social que geram falta de informações e insegurança para trabalhar a temática sexualidade em sala de aula, conforme relato da narrativa docente realizada. Também destaco as restrições curriculares que estabelecem uma ordem normativa designando termos que não podem ser utilizados em sala de aula.

As temáticas sexualidade e educação permanecem envoltas por diversos tabus e cerceamento do discurso, fato esse que coloca um grande desafio para a construção de uma prática docente coletivamente reconhecida. Ao considerar tais desafios para a atuação docente, penso que as narrativas auto (biográficas) se configuram como uma abordagem capaz de re (construção) de formas mais inclusivas de inserção da temática sexualidade no currículo escolar.

Entendo as narrativas docentes como possibilidade de busca por uma reflexão da prática docente e construção de novas formas de atuação pedagógica, pois estas enquanto possibilidade de formação docente se inscrevem no horizonte da construção, do (re) significar práticas e discursos antes tidos como

naturalizados e, muitas vezes, cristalizados como empecilho ao desenvolvimento de novas práticas e saberes.

## Referências

ABREU, R. L. P.; SANTOS, R. A. P. Gênero e Sexualidade nos PCNs: uma análise dos objetivos gerais. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 28, n. 1, p. 24-35, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/28373/17210>. Acesso em jun. 2022.

BOLIVAR BOTÍA, SEGOVIA, Jesús Domingo; CRUZ, Manuel Fernández. **La investigación biográfico-narrativa en educación. Guía para indagar en el campo**. Granada: Universidad de Granada, 1998. Disponível: [https://www.researchgate.net/profile/Antonio\\_Bolivar/publication/286623877\\_La\\_investigacion\\_biograficonarrativa\\_Guia\\_para\\_indagar\\_en\\_el\\_campo/pdf](https://www.researchgate.net/profile/Antonio_Bolivar/publication/286623877_La_investigacion_biograficonarrativa_Guia_para_indagar_en_el_campo/pdf). Acesso em: novembro/2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, Maria Isabel da. **O professor universitário na transição de paradigmas**. Araraquara: JM Editora, 1998.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, p. 523-536, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/02.pdf>. Acesso em: novembro/2021.

WILDER, Kleber Fernandes de Santana; ÉDERSON Luís Silveira (Organizadores). Debates de Gênero e Sexualidade no Universo Infante-Juvenil: Expressões e Barreiras. In: **FERNANDES, Sofia F. Educação: Entre saberes, poderes e resistências**. Vol. 1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 596 p. Disponível em:

<https://pedrojoaoeditores.com.br/site/educacao-entre-saberes-poderes-e-resistencias-vol-1/>. Acesso em 14 nov. 2021.

FREITAS, Claudia Jorge de; MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos; BAIÃO, Jonê Carla. Questões de gênero e sexualidade na escola: Narrativas docentes. **Rev. Tempos Espaços Educ.** v.13, n. 32, e-11565, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/11565/10323>. Acesso em: 08 jun. 2021.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. **Revista Pesquisa e Ensino**, Barreiras, v. 1, p; 1-24, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/pqe/article/view/626/907>. Acesso em 06 jun. 2022.

PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de; VICENTINI, Paula Perin. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. **Educação em Revista**, v. 27, n. 1, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v27n1/v27n1a17.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-79, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em 23 jan. 2021.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VIANNA, Cláudia. Gênero, Sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 127-143, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pp/a/rW3yDdWmBRDBH89DvFTRbxG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 06 jun. 2022.